PLANEJANDO O FUTURO HOJE:

ODS 13, Adaptação e Mudanças Climáticas em São Paulo

Organização: **Pedro Roberto Jacobi** e **Eduardo Trani**

latino adapta
LIDERA
Red Regional Cambio Climático y Toma de Decisiones
COORDENA
Fundación Avina
FINANCIA
IDRC | CRDI
International Development Research Centre
Centre de recherches pour le développement international
Canadá
Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura
Red UNITWIN de Cambio Climático y Toma de Decisiones
IEE USP
INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE
FGV EAESP
CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE
SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

PLANEJANDO O FUTURO HOJE:

ODS 13, Adaptação e Mudanças Climáticas em São Paulo

IEE-USP
São Paulo-2019

Expediente

Equipe LatinoAdapta Brasil
Guilherme Lefèvre, Isabela Carmo Cavaco, Leila Maria Vendrametto, Mariana Nicolletti, Marina Ribeiro Corrêa, Pedro Henrique Campello Torres, Pedro Luiz Côrtes, Pedro Roberto Jacobi e Verônica Nadruz

Foto de capa
Fernando Martinho/Greenpeace

Coordenação de produção
Diana Gonçalves

Projeto gráfico e diagramação
Camila Cogo - coLabora Estúdio

Revisão Ortográfica
Stella Mendes Fischer

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-86923-58-6
9 788586 923586

A NDC BRASILEIRA NO CONTEXTO DE SÃO PAULO

Por PEDRO CÔRTES, Universidade de São Paulo, plcortes@usp.br, VERONICA NADRUZ, Universidade de São Paulo, veronica.nadruz@gmail.com e OSWALDO LUCON, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, oswaldolucon@yahoo.com

Seria de se esperar que, diante de tantas evidências práticas e com uma vasta argumentação científica, que não houvesse quem se opusesse à tese de que as mudanças climáticas são causadas por ações antrópicas. Verifica-se, entretanto, um crescimento de opiniões contrárias, na grande maioria das vezes sem que qualquer argumentação científica seja apresentada. Em muitos casos, a simplificação do discurso é parte da estratégia de comunicação. Algo do tipo: "Você não precisa se preocupar com algo que não existe. Simplesmente, continue tocando a vida como sempre".

Usualmente, quando se fala em mudanças climáticas, são citados exemplos como o encolhimento de geleiras, o aumento do nível do mar, a migração e extinção de espécies, as mudanças em ecossistemas específicos, a diminuição da produtividade rural em determinadas áreas, o aumento de doenças transmitidas por vetores e outros riscos à saúde. Esses impactos são importantes, mas colocados de maneira generalizada fornecem uma expectativa de que esses problemas não estão batendo à nossa porta. Ao circunscrever determinadas situações e, na medida do possível, mostrar como elas afetam o nosso cotidiano, busca-se mostrar como as mudanças climáticas tornaram-se um dos principais desafios da sociedade global.

As nações discutem ações para o enfrentamento das mudanças climáticas há pelo menos 40 anos e desde 1995 o estado de São Paulo atua na área de mudanças climáticas, a partir do Programa Estadual de Mudanças Climáticas (PROCLIMA), operacionalizado por sua Agência Ambiental, a CETESB. Pouco antes da 15ª. Conferência das Partes da Convenção do Clima e do anúncio das metas brasileiras, a Assembleia Legislativa do estado de São Paulo publicou a Lei Estadual nº 13.798, de 9 de novembro de 2009. A chamada Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC) apresenta um amplo espectro de princípios, objetivos e instrumentos de aplicação. Dentro do governo ela é operacionalizada por seu Comitê Gestor, com membros nomeados pelas Secretarias de Estado. Esse Comitê, entretanto, não se reúne desde 30/04/2014.

Metas audaciosas estão previstas na PEMC. Ela estabelece, por exemplo, uma meta de redução de emissões de dióxido de carbono (CO_2) no estado, à razão de 20% tomando-se por base os valores de 2005 e com o prazo até 2020. Está previsto que essa compensação possa ser feita também com as de outros Gases de Efeito Estufa (GEE). Com ações desse tipo, São Paulo procura ajudar o Brasil no cumprimento de seus compromissos junto à Convenção do Clima no âmbito do Acordo de Paris. A chamada NDC (Nationally Determined Contribution para Consecução do Objetivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima) manifestou que o Brasil pretende reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005, em 2025. Indica, de forma subsequente, que o país deverá reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa em 43% abaixo dos níveis de 2005, até 2030. Resta saber se essas metas serão mantidas diante de uma postura revisionista do atual Governo Federal que adota práticas de desagravo ao que foi desenvolvido desde os anos 1980 em termos ambientais no país.

É importante lembrar que, pela NDC, iniciativas tomadas por São Paulo, e que não sejam aprovadas pelo Governo Federal, não serão reconhecidas pelo país.

É importante lembrar que, pela NDC, iniciativas tomadas por São Paulo, e que não sejam aprovadas pelo Governo Federal, não serão reconhecidas pelo país. São diversas as atividades transversais no âmbito da PEMC. Uma dessas iniciativas é a **Comunicação Estadual**, elaborada pelo PROCLIMA/CETESB – Programa Estadual de Mudanças Climáticas, criado na Agência Ambiental Paulista em 1995. Outra iniciativa é o **Plano Participativo de Adaptação aos Efeitos das Mudanças Climáticas**, cuja versão para consulta pública está aberta desde 2010. Há, ainda, o **Relatório de Qualidade Ambiental** do estado de São Paulo, documento complementar à Comunicação sobre vulnerabilidade e desastres naturais e plano estratégico para ações emergenciais e mapeamento de áreas de risco. O chamado **Plano ABC** (Agricultura de Baixo Carbono), lançado em 2016 pela Secretaria da Agricultura, é outra iniciativa. Ele tem por finalidade a organização e o planejamento das ações a serem realizadas para a adoção das tecnologias de produção sustentáveis, com o compromisso de redução de emissão de GEE no setor agropecuário.

São Paulo possui diversos planos na área de transporte sustentável. O primeiro deles é o chamado **Plano Transporte** e sua revisão, elaborados pelo Grupo de Trabalho do Comitê Gestor da PEMC como subsídio para ações de governo. Há o também o **Plano de Controle de Poluição Veicular no Estado de São Paulo – PCPV** da CETESB, o **Relatório sobre Mitigação de Emissões e Estratégias de Mobilidade via Atividades Remotas** e o **Estudo sobre Ligações Ferroviárias Regionais**. Finalmente, o **Protocolo Climático do Estado de São Paulo** é uma iniciativa voluntária por parte de empresas e outras pessoas jurídicas, que atribui pontos às ações reportadas de

forma confidencial por meio de um formulário eletrônico.

Em que pesem esses estudos e programas, a realidade que se impõe é, por vezes, bastante diversa. Ao longo das últimas décadas, a poluição do ar na grande São Paulo vem sendo reduzida, conforme evidenciam os levantamentos sistemáticos da CETESB. Isso é fruto do Programa de controle de emissões veiculares (PROCONVE), instituído no final dos anos 1980 e que determinou, ao longo dos anos, a redução das emissões de poluentes gerados pelos veículos automotores. Devido aos baixos investimentos em transporte público, a frota de veículos automotores vem crescendo de maneira praticamente constante, embora com veículos menos poluentes, só tendo sido arrefecida pela crise econômica dos últimos anos. Muitas pessoas encontram no automóvel uma saída – ainda que precária, diante dos congestionamentos – para suas demandas por transporte.

Uma vez que o PROCONVE determina limites máximos de emissão de poluentes para que veículos possam ser comercializados, seria fundamental que controles de emissão também fossem realizados ao longo de sua vida útil dos veículos. Entre 2008 e 2013 a cidade de São Paulo adotou a inspeção veicular obrigatória, especialmente voltada ao controle das emissões, sem a qual os veículos não poderiam ser licenciados na cidade. Esse programa, entretanto, não resistiu à mudança de mandato na prefeitura da cidade, tendo sido descontinuado em 2013. A argumentação foi de que esse tipo de controle poderia levar a uma perda de arrecadação, pois proprietários de veículos poderiam buscar a transferência do licenciamento para municípios sem esse tipo de controle.

Para evitar que a decisão fique a critério de cada município, a saída seria aplicar uma lei estadual. No estado de São Paulo, entretanto, esse tipo de controle tem sempre esbarrado em questões eleitorais. Temendo prejuízos nas urnas, os políticos acabam postergando decisões que poderiam colocar o estado de São Paulo no protagonismo das ações de redução dos Gases de Efeito Estufa de origem veicular. Por outro lado, o Governo Federal também se exime de enfrentar o problema. Embora tenha determinado nacionalmente em 2017 que até o final de 2019 todos os veículos com mais de três anos de uso deveriam passar pela inspeção de emissões e de segurança para serem licenciados, essa determinação foi suspensa pelo novo Governo Federal.

Como é possível verificar, embora bons projetos e planos de adaptação às mudanças climáticas tenham sido elaborados, eles nem sempre resistem a interesses mais imediatos, geralmente de cunho eleitoral. São poucos os exemplos de políticas públicas que sobrevivem à troca de mandatários de governo, seja nos municípios, estados ou no Governo Federal. A emergência com que determinadas situações se manifestam requer mais do que vontade política, embora essa seja fundamental. Demanda a percepção de que já estamos pagando o preço pelas mudanças climáticas. Não lidamos com ela como uma possibilidade, já estamos enfrentando as suas consequências. ■